

A Construção do Elemento Sócio-Histórico na Cultura das Empresas Capixabas

João Gualberto Moreira Vasconcellos

Resumo A construção do elemento sócio-histórico do Espírito Santo e seus rebatimentos no campo da gestão ancora-se em três momentos diferentes da trajetória regional. O primeiro deles está ligado ao campo do trabalho e da forma como ele se articula com o conceito de Ética da Aventura, nos moldes de Holanda (1987). Em um segundo momento, temos a presença no Espírito Santo da imigração europeia, como parte dos esforços do Segundo Império de dinamizar a economia. O terceiro elemento é a reinvenção do Espírito Santo, na era republicana, o que acabou por criar uma nova cultura empresarial no decorrer do tempo, além do processo mais recente de industrialização que acabou agregando os elementos anteriores do processo social histórico. O artigo pretende mostrar a trajetória da formação histórica de uma diversidade cultural própria, diferente da de outras regiões brasileiras. Esse complexo cultural é bastante desconhecido, mas se reflete no campo das organizações capixabas, hoje, criando culturas empresariais com forte vinculação a uma base regional.

Palavras-chave Socio-Histórico. Identidade. Cultura regional. Cultura empresarial. Empresas Capixabas.

Abstract The construction of the social history of Espírito Santo and its repercussions into the management field is anchored in three different moments of the regional evolution. The first one is connected to the field of work and how it ties into the concept of Ethics of Adventure, along the lines of Holland (1987). In a second step, we have Espírito Santo's presence in European immigration as part of the Second Empire's efforts to boost the economy. The third element is the reinvention of Espírito Santo, in the republican era, which ended up creating a new corporate culture over time, and the more recent process of industrialization that just added the elements of the previous social-historical process. The article shows the trajectory of the historical formation of cultural identity of one Brazilian region as different in relation to the others. Even if this cultural complex is largely unknown, it

affects the Espírito Santo organizations, creating corporate cultures showing a strong regional basis.

Keywords Social-Historical. Identity. Regional Culture. Corporate Culture. Companies Capixabas.

INTRODUÇÃO

A construção do elemento sócio-histórico no Espírito Santo, na perspectiva que estamos adotando, ancora-se em três momentos ou, se quisermos dizer de outra forma, em três ordens diferentes de fatores. A primeira está ligada ao campo do trabalho e de seus desdobramentos no conceito de Ética da Aventura proposto pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda. Assim, torna-se fundamental iniciarmos descrevendo o marasmo econômico, para usarmos uma expressão forte, a situação que quase levou à extinção da Capitania do Espírito Santo.

Entretanto, se reproduziram localmente os mesmos fenômenos existentes na sociedade brasileira como um todo. Escravidão, aculturação de indígenas e um mundo que negava o trabalho como valor positivo. O trabalho estava relegado aos pobres e sem esperança.

Em um segundo momento, temos a presença no Espírito Santo da imigração europeia, como parte dos esforços do Segundo Império de dinamizar a economia. Ela foi realizada através da distribuição de terras que levaria a província a ter forte presença de pequenas propriedades. O projeto civilizatório do Império, com marco claramente positivista, realizou-se de forma muito especial entre os capixabas.

Um dos fatos mais importantes ligados à presença dos europeus no trabalho, sobretudo do campo, talvez tenha sido vencer o preconceito escravagista e semear aquilo que poderíamos chamar de cultura do trabalho. Como tivemos pouca presença econômica e social na fase colonial e no início do século XIX, as marcas do período colonial não são tão fortes como em outras regiões como a Bahia, o Rio de Janeiro ou o Rio Grande do Sul, por exemplo. Assim, temos um presente marcado pela cultura do trabalho, que contribuiu com um modo de ser capixaba marcado por esse elemento, embora não se possa limitar ao econômico a produção cultural de uma sociedade. Porém, devido ao processo econômico com certa dinâmica ser muito recente, ele influenciou de forma marcante e particular no presente dos capixabas.

O terceiro momento definidor daquilo que somos hoje é a reinvenção do Espírito Santo, para utilizar uma expressão do historiador Estilache Ferreira dos Santos, na era republicana. Estadistas da envergadura de um Muniz Freire, primeiro presidente eleito do Espírito Santo, tiveram um projeto de construção de uma nova lógica baseada no café, principal

produto econômico do Espírito Santo nessa época. O escoamento do café pelo Porto de Vitória, as ferrovias que cortaram o interior deram uma nova dinâmica espacial. Trouxeram o pequeno produtor de origem estrangeira para um outro mercado. Criaram uma nova cultura empresarial, tirando o imigrante só da cultura do café e ajudando a criar empresas familiares bastante significativas.

Entretanto, esse novo momento tem marcas sub-regionais muito fortes. É o que o artigo pretende estudar, mostrando a trajetória de formação histórico-social de uma identidade cultural diversa da de outras regiões brasileiras e bastante desconhecida - somos um pouco invisíveis, a partir do próprio sotaque, considerado pelos capixabas como pouco marcante em relação a outras regiões. Essa invisibilidade é fortalecida pela própria dimensão geográfica, afinal temos menos de 1% do território brasileiro e cerca de 2% do PIB nacional - e de como esta formação se reflete no campo das organizações capixabas, hoje, criando culturas empresariais de base regional.

No tocante à questão metodológica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em que se buscou trazer os elementos culturais, históricos e sociais que construíram o contexto em que as empresas capixabas estão inseridas. Já a construção da análise dos dados baseou-se na categorização de cada etapa com a finalidade de ajudar a elucidar as culturas existentes nas empresas no Espírito Santo.

Organizamos o texto da seguinte forma: primeiro uma introdução, em seguida, as frágeis marcas do passado colonial, discutimos também a cultura do café em um espaço regional reinventado, analisamos a imigração, pequenas propriedades e cultura do trabalho, apresentamos os dados empíricos da pesquisa realizada e tentamos construir uma compreensão das culturas presentes no mundo empresarial capixaba, e finalmente algumas conclusões, ainda que preliminares.

AS POUCAS MARCAS DO PASSADO COLONIAL

O Espírito Santo existe desde que os portugueses começaram o processo de colonização do Brasil. Em 1534, Dom João III, rei de Portugal, assinou carta de doação, atribuindo 50 léguas na costa brasileira à Capitania do Espírito Santo, destinada a Vasco Fernandes Coutinho, e que se estendia de uma faixa litorânea até a linha de Tordesilhas, limite dos territórios de Portugal e da Espanha (VASCONCELLOS, 1995).

O Capitão era um nobre português que tinha participado de atividades militares em Goa, Malaca e na China (OLIVEIRA, 1976). Ele chegou chefiando uma pequena expedição - tudo leva a crer que se limitava a uma caravela batizada de Glória - na qual embarcaram no Porto de Lisboa. No dia 23 de maio de 1535, a caravela Glória tocou a costa. A versão mais difundida sobre o nome da capitania é que, como era dia dedicado ao Espírito Santo no calendário católico, os recém-chegados deram esse nome a um braço de mar que forma a baía de Vitória, e que pensavam tratar-se de um rio. Foi dado o mesmo nome à cidade então

fundada. Mais tarde, o nome foi estendido a toda a capitania (VASCONCELLOS, 1995). O historiador Santos (2007) acredita que outros elementos levaram o primeiro donatário a escolher esse nome.

Como aconteceu em todo o processo de colonização brasileira, a administração do novo território foi concebida e formalizada através dos serviços ligados ao poder da Coroa: o almoxarifado e a feitoria. Também coube à Coroa a nomeação dos responsáveis pela condução dos negócios no Espírito Santo. A capitania, entretanto, não prosperou. Atravessou todo o período colonial presa a atividades de subsistência, não tendo vivido nenhum momento de prosperidade. Uma agricultura tímida e alguns poucos engenhos, nunca extrapolaram os limites muito próximos ao litoral. A presença dos jesuítas deu aos indígenas o conhecimento da fé cristã e a divulgação das primeiras letras.

Na verdade, a conquista do território, e o início de sua exploração, foi antes de tudo movida pelo espírito de aventura, o desejo de enriquecimento rápido que motivou os portugueses. Um ponto colocado em relevância por Holanda (1987) é o de que, para nossos colonizadores, o trabalho era tido como uma obrigação dolorosa, algo mesmo a ser evitado. Essa ausência de vínculos positivos com o trabalho teria sido em grande parte responsável pelo amor à aventura dos ibéricos. Holanda (1987) trabalhou o conceito de uma ética da aventura, contrária à ética do trabalho, nos moldes weberianos. É dessa reflexão que nos apropriamos no presente trabalho.

Toda nossa linha de raciocínio parte, então, da premissa de que no período colonial reinou a ética da aventura, a mentalidade ligada ao lucro fácil em uma sociedade escravocrata. Pode-se observar o fenômeno em diversos eventos da história do Espírito Santo. Desde a chegada dos primeiros colonos com seus desejos de enriquecimento imediato, forjou-se um tipo de ética baseada nesse princípio do imediatismo. Ou seja, uma lógica do trabalho muito distante daquela que estava sendo construída nas sociedades reformadas da Europa ou mesmo nas colônias da América do Norte no mesmo período, o da revolução industrial.

Essa distância na colônia entre o trabalho e o enriquecimento, foi um dos elementos centrais do imaginário das elites portuguesas transferido para as colônias. Imaginário utilizado aqui no sentido que lhe é dado por Castoriadis (1982), e que marcaria de maneira longa e profunda os destinos do Espírito Santo até o século XIX. Portanto, pelo menos durante toda a fase colonial. Esse longo período teve consequências históricas importantes e certamente um dos fatores explicativos mais amplos para a inexistência de prosperidade entre os capixabas.

O elemento imaginário instituinte da vida no Brasil colonial foi estruturado a partir de um campo onde o trabalho era elemento do mundo dos escravos. Os colonizadores desenvolveram instituições imaginárias no caminho oposto ao que estava se gestando na revolução industrial ocidental. Não era, definitivamente, o trabalho que produzia significações sociais imaginárias naquele mundo.

Esse imaginário, ligado à ética da aventura típica de toda a sociedade brasileira em seu nascimento, marcou presença também no Espírito Santo. Prova da existência desse imaginário que se alimenta do desejo do enriquecimento rápido foi a busca obsessiva de uma serra de esmeraldas que estaria localizada no norte da capitania e que mobilizou recursos financeiros e militares, bem como o interesse de grande parte da população. Houve inúmeras tentativas de encontrar a tão sonhada serra de esmeraldas. Ela foi motivo de tantas expedições que se fala mesmo em uma psicose das minas (OLIVEIRA, 1976). Um homem chamado Sebastião Fernandes Coutinho conseguiu despertar a tal ponto a curiosidade oficial que, já em 1574, o governador Luiz de Brito e Almeida organizou uma bandeira composta de 150 portugueses, 400 indígenas e 2 padres jesuítas. Apesar da presença dos 2 religiosos, essa bandeira escravizou 7.000 índios, conduzindo-os pelo litoral em uma interminável viagem de 1.320 quilômetros. As pedras tidas como preciosas conseguidas no empreendimento foram levadas para serem examinadas na metrópole, onde não despertaram qualquer interesse.

Porém, o desejo de enriquecer rapidamente e de maneira fácil não foi o único elemento estruturante de nosso imaginário social. Outras significações foram instituídas no espaço colonial. Um bom exemplo disso é o fato de Vasco Fernandes Coutinho trazer em sua caravela não somente a forma jurídico-legal da nova capitania, mas também os atos do Rei nomeando os ocupantes dos cargos públicos. Os indígenas foram integrados de forma arbitrária pela educação jesuítica.

Não se tratava apenas de educar na prática e nos valores do cristianismo, era na verdade muito mais. Tratava-se – mesmo que aqueles que o operassem não tivessem plena consciência disso – de quebrar a coluna central de todo um imaginário coletivo, para colocar um outro em seu lugar. No aporte teórico de Castoriadis (2002), trata-se de produzir cidadãos heterônomos, para impedir a criação de uma sociedade autônoma, ou seja, sem a criação coletiva de instituições nascidas de um imaginário instituinte autonomizado, estaríamos inexoravelmente condenados a ser o que fomos: uma colônia incapaz de gerar durante séculos um processo político que lhe fosse próprio e que expressasse a autocriação de seus cidadãos.

Nesse sentido, o Espírito Santo, como toda a sociedade colonial brasileira, construiu significações imaginárias sociais que não contribuíram para a construção de uma sociedade autônoma, fato agravado pela presença do trabalho escravo e dos grandes latifúndios. A forma autoritária e violenta, em todos os sentidos, com que os nativos foram incorporados ao projeto define bem que tipo de sociedade foi possível construir.

Entretanto, nem todas as capitanias tiveram destinos semelhantes, algumas prosperaram mais do que as outras, foram capazes de gerar movimentos de libertação, como Minas Gerais no século XVIII. Se a presença da autoridade portuguesa e, sobretudo, a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 impediram ou dificultaram a construção de instituições autônomas, criações do imaginário coletivo local, por outro lado, as distâncias regionais permitiram a criação de núcleos de cultura que possibilitaram identidades regionais

bastante distintas. Talvez o maior fenômeno de diferenciação brasileira esteja no campo das identidades regionais. Do ponto de vista político, por exemplo, como elas recrutam suas elites, mobilizam seus cidadãos e realizam alinhamentos políticos que permanecem no tempo.

No caso da sociedade brasileira, o longo período colonial fez com que a nação tornada independente em 1822 construísse realmente culturas regionais muito fortes. Identidades que as tornaram bastante distintas. A cultura gaúcha existe de fato, tem sua visibilidade e possui seus elementos. O mesmo ocorre com a Bahia ou com Minas Gerais. Porém, qual será a essência da cultura capixaba? Quais serão seus elementos identificadores, seus ícones coletivos? Por que ela não é tão visível como em outras regiões? Em suma, como podemos explicar o que se passou no Espírito Santo e qual a sua essência cultural?

O primeiro ponto a ser considerado é que como a capitania não prosperou, pensando mesmo as autoridades da metrópole em sua extinção, nada de muito significativo registram os historiadores no longo correr dos séculos. O Espírito Santo chegou ao século XIX sem que avanços significativos tivessem sido feitos na ocupação econômica do território.

Somente a partir da chegada da Família Real ao Brasil é que acontecimentos importantes começariam a ocorrer, mudando a vida brasileira como um todo, inclusive o Espírito Santo, para que pudéssemos ter o estatuto de sede da Coroa. Para vencer o quadro desalentador existente no Espírito Santo foi nomeado em 1812 um novo governador, Francisco Alberto Rubim.

A capital, que não conseguiu se elevar à situação de cidade, possuía nove igrejas e dois conventos. Porém, as condições das outras localidades não eram melhores. Nova Almeida era um lugar de miséria. Vila Velha, que havia sido a primeira localidade fundada pelos portugueses na chegada, possuía 40 casas, a maioria coberta de palha. A navegação marítima para a Europa e para a África havia desaparecido.

Entretanto, no início do século XIX, sobretudo com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, inaugura-se uma nova fase na história brasileira. Podemos mesmo dizer que o Brasil passa a construir de forma mais clara sua autonomia, cria suas instituições, estrutura-se como nação com a chegada de Dom João VI e sua corte em 1808. Embora a marca da importação de instituições europeias viesse a marcar nossa história. Várias foram as suas ações no sentido de dotar o Brasil de condições de tornar-se a sede do reino. Entre elas, muitas foram no sentido de semear o progresso nas capitanias, sobretudo as mais esquecidas.

Assim, o novo momento reservou para o Espírito Santo a nomeação de um agente político mais empreendedor, um novo capitão-mor com a missão de construir uma estrada que ligasse o Espírito Santo a Minas Gerais e que fosse capaz de criar um dinamismo econômico inexistente. As Minas Gerais haviam prosperado com o ouro, mas não tinham, como não têm, até hoje, acesso ao mar. Assim, o transporte de mercadorias e gentes poderia criar um novo processo econômico. A Estrada do Rubim, como ficou conhecida, ficou pronta

em 1820. Apesar do desejo das elites que chegaram ao Brasil, para o Espírito Santo, os resultados não foram os melhores. Tanto é assim que, em 1830, os viajantes eram tão poucos que o governo tirou as guarnições da estrada, entregando os raros passantes à sua própria sorte. A primeira tentativa foi, portanto, de poucos resultados.

Entretanto, foi o mesmo Dom João VI, e com os mesmos motivos, que fez o gesto inaugural de uma nova fase para o território ao trazer 30 casais de açorianos para o Espírito Santo e instalá-los em Viana, no pé da cadeia de montanhas que separam Minas do Espírito Santo. Novos elementos foram sendo introduzidos e lentamente eles começaram a produzir uma outra realidade e nos distanciando da mansidão reinante durante mais de três séculos. Esses novos elementos são vitais para explicar o que aconteceria a partir do século XIX, tirando a capitania daquele marasmo que a marcou por tanto tempo.

Foi, sobretudo, a cultura do café que fez a passagem da capitania estagnada para um espaço regional dinâmico. Sua introdução marcaria a integração do espaço local com outras regiões brasileiras e criaria as condições do aporte de uma massa de imigrantes que acabaria por mudar a face do Espírito Santo.

Uma primeira compreensão histórico-social se faz necessária nesse momento: como estivemos estagnados em todo o período colonial, com poucas cidades, pequenas atividades econômicas, uma população diminuta, temos poucas marcas do passado, pela pequena expressão das manifestações sociais e culturais que aqui tivemos. Por razões facilmente compreensíveis, não têm os capixabas a mesma riqueza de tradições do passado de baianos, gaúchos ou paulistas, por exemplo. É como se nossa história só tivesse ganhado o mesmo impulso de outras regiões um pouco mais tarde. O que houve até o século XIX em termos econômicos, políticos e sociais esteve muito delimitado a certas regiões como São Mateus, ao norte, na fronteira com a Bahia, produtora de farinha de mandioca consumida na capitania vizinha.

Assim, talvez sejamos um daqueles estados da federação brasileira que forjou seu processo cultural e de construção de uma identidade regional mais recentemente, sem uma referência central do passado colonial. Nosso imaginário adquiriu significações que hoje estruturam a vida no Espírito Santo basicamente a partir da segunda metade do século XIX. Processo muito recente quando comparado a outras regiões brasileiras, sobretudo, a outras sociedades de longas tradições históricas. Certamente, isso explica o que chamamos de invisibilidade. Na inexistência de símbolos mais gerais, mais identificadores do conjunto da sociedade local, a produção social dos capixabas, no sentido que lhe dá Castoriadis, está muito fragmentada, tem marcas muito locais.

É importante registrar que, se o passado colonial não foi capaz de construir elementos fortes e definitivos de identificação, é certo também que elementos tanto da cultura indígena quanto da cultura negra sempre existiram e continuam existindo em nosso universo. Por exemplo, na região de Vitória, o longo período de isolamento que a economia colonial nos impôs fez com que ela se voltasse para si mesma e, em termos de hábitos, para o que se

podia produzir localmente. Alguns desses elementos culturais naturalmente permanecem na sociedade capixaba, embora não tenham abrangência em todo o estado, visto que estavam alojados sobretudo no litoral, e Vitória, como a capital, acabou sendo um dos lugares mais marcados por esses traços. Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que visitou o Espírito Santo em 1818, registrou que a faixa de território cultivada não se distanciava mais de quatro léguas, aproximadamente 26,4 quilômetros do oceano. As matas e os temidos índios conhecidos como botocudos mantiveram a civilização branca colada ao mar.

No registro do naturalista francês, a maioria da população alimentava-se de farinha, feijão, peixes frescos ou secos e mariscos de uma forma geral. Não havia lojas de artigos mais sofisticados ou de luxo. Era, pois, natural que os homens se vestissem com simplicidade, com calças e camisas de algodão. As mulheres vestiam-se com camisas de algodão e “saías” indígenas. Sem médico, dentista ou farmacêutico, restava a utilização dos conhecimentos da medicina tradicional indígena. Sem condições concretas de comprarem alimentos fora, prevalecia a cozinha dos índios (Saint-Hilaire, 1939).

Dessa cozinha, restaram pratos como a Torta e a Moqueca Capixaba, ambas com receitas próprias e diferentes da culinária de outras regiões. Não apenas a forma de preparar esses alimentos, mas também os utensílios utilizados ainda estão presentes. As panelas de barro feitas em Vitória, com um saber-fazer até hoje atribuído aos índios, marca a região. Mesmo as panelas fabricadas industrialmente, sem contar com o mesmo prestígio e qualidade, também são elementos culturais identificadores de uma região. As panelas de barro de Vitória são consideradas um bem cultural local, reconhecidas oficialmente por organismos governamentais. Seguramente essa culinária de Vitória e cidades vizinhas fazem parte dos elementos que compõem a cultura popular capixaba. Essa mesma cultura que, por não encontrar, como já foi registrado, grandes elementos identificadores, produziria uma diversidade própria e muito rica.

A CULTURA DO CAFÉ EM UM ESPAÇO REGIONAL REINVENTADO

O historiador Santos (2007), em trabalho original, discute, entre outros assuntos, a obra de Oliveira Vianna, os fundamentos de um pensamento autoritário e centralizador brasileiro. Ele nos ensina que, na passagem do império para a república, mais precisamente nos últimos anos do regime imperial, quando a república ia sendo construída no plano da cultura e das práticas políticas brasileiras, argumentações pessimistas clássicas como as de Oliveira Vianna não se sustentam quando aplicadas aos quadros regionais.

A principal razão desse argumento é que, sempre foi tomado como referencial analítico para estudo, a situação trazida com o advento da república, um ponto de vista construído exclusivamente a partir dos mecanismos de funcionamento de seu centro político. Na vertente de Vianna, ou de outros que analisaram a vida política e social brasileira a partir de seu centro, a República Velha - como a chamamos comumente hoje - fracassou.

Esse tipo de análise, na visão de Santos (2007), desconsidera a grande relevância que passaram a ter as antigas províncias enquanto núcleos de poder e da própria representação que estes mesmos núcleos passaram a ter com relação a suas sociedades particulares. As regiões começaram a conviver agora com reivindicações políticas e sociais organizadas de forma mais descentralizadas, criando projetos de sociedade regional próprios, com diferenças consideráveis entre si .

Para o historiador, existem evidências de que o regime republicano inaugurou, em amplos espaços regionais do território brasileiro, um movimento interessante de gestação de um novo lugar para a política, o surgimento de sentimentos diferenciados dos que até então compunham majoritariamente a nossa sociedade. Portanto, acabaram por fortalecer elementos das identidades políticas regionais, até então dificultadas pelo centralismo imperial.

Santos (2007) situa com clareza o processo de desenvolvimento ocorrido no Espírito Santo na esfera social, econômica, política e até cultural, especialmente na segunda metade do século XIX. Para ele, importa muito ter em conta os aspectos fundamentais dos processos que se desenrolam no restante do país, sobretudo em análise comparativa. Análise essa que aponta no sentido de um desenvolvimento próprio e original que possuía analogia com o que se passava em outros centros, até porque buscou-se neles inspiração em inúmeras vezes.

No início, esse desenvolvimento, entretanto, ficou muito vinculado às elites da região central, a da capital. O sul do estado, a região de Cachoeiro do Itapemirim, próxima ao Estado do Rio de Janeiro. Ela teve um período de forte crescimento a partir de 1840, com a introdução em larga escala da agricultura cafeeira, como fonte de expansão da cultura do Vale do Paraíba, vinculada aos esquemas comerciais localizados na Corte.

Assim, a expansão do café, nos anos 1850 e 1860, foi organizada segundo as práticas tradicionais, vinculadas ao latifúndio exportador e escravagista, que formavam as bases da economia brasileira. Numa primeira fase, as grandes fazendas produtoras de cana já existentes no litoral foram transformadas em produtoras de café, mantendo seus escravos. Nos anos seguintes, as regiões não litorâneas ainda virgens passaram a conhecer um vigoroso fluxo migratório de fazendeiros fluminenses e mineiros, vindos para ocupar as terras do Alto Itapemirim e aquelas banhadas pelos Rios Castelo e Itabapoana, todas próximas ao Rio de Janeiro. O café passou assim a ser produzido também no interior. Boa parte dos fazendeiros recém-chegados trouxeram consigo escravos. Eles requeriam ao Estado as chamadas terras devolutas. Estas eram terras até então não exploradas e o governo provincial fazia uma espécie de doação, vinculada a certas condições, a todos aqueles que requeressem para exploração agrícola.

Esse movimento permitiu a ocupação de vastas quantidades de terra no interior da província. A forma como se deu a ocupação também permitiu a ampliação das mesmas

relações de poder tradicionais da sociedade brasileira. Exemplo disso é a importância da escravidão, como revela o censo de 1872, que registrou na região do Itapemirim, no sul da Província, população de 11.722 escravos contra os 4.381 existentes em 1856. Quanto à população escrava da capital e de São Mateus, ao norte, apresentou, no mesmo período, um crescimento muito pequeno. A primeira passou de 4.923 em 1856 para 6.919 em 1872. Já a de São Mateus foi de 2.213 para 2.813, mostrando claramente haver uma correlação entre o crescimento do plantio do café na região sul, sobretudo em Cachoeiro do Itapemirim, e o número de escravos na Província.

Esse processo fez do café o principal produto da agricultura do Espírito Santo. Em 1872, as exportações atingiram 432.414 arrobas, crescendo 5 vezes em relação a 1856. Pode-se dizer que o café começou a produzir, naquele momento, um novo Espírito Santo, diferente daquele que existia na fase colonial. Foi o café que o colocou na cena política e econômica nacional.

Foi instituída uma verdadeira cultura do café, na sua expressão mais ampla. Produzindo novas elites vinculadas ao novo ciclo econômico e um novo tipo de trabalhador. São essas elites renovadas que vão reinventar o Espírito Santo na expressão de Santos (2007), contando, sem dúvida alguma, com a nova presença de trabalhadores imigrantes. Para Santos (2007), quando jovens advogados como Afonso Cláudio e Muniz Freire iniciam suas trajetórias políticas na década de 1880, o Espírito Santo era uma formação social onde sobressaíam ainda os vestígios do mesmo desalento que teria vigorado na época colonial, imerso que estava em uma lógica econômica incapaz de gerar um processo consistente e sustentável de desenvolvimento, até porque boa parte das terras do interior e até do litoral ainda permanecia sob controle indígena ou produzindo decadentes canaviais.

Entretanto, a partir de 1847, por iniciativa do governo imperial, mas com o apoio dos grupos políticos tradicionais que atuavam na capital e que eram aliados dos presidentes de províncias nomeados pelo poder central, iniciou-se uma corrente migratória que lentamente foi ocupando os vales dos Rios Novo/Benevente, Jucu e Santa Maria – regiões situadas mais próximas a Vitória, com a formação das Colônias de Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina. A partir dessa época, a principal tarefa dos presidentes da província passou a ser a atração dos imigrantes para a região central do Espírito Santo. Processo diferente do ocorrido em São Paulo, onde prósperos fazendeiros tiveram força política para vedar o acesso à terra aos imigrantes. No Espírito Santo, iniciou-se um processo de produção do café em pequenas propriedades, com forte presença dos colonos europeus.

Assim, o café tornou-se cultura preponderante também na região central, mais próxima a Vitória, além da já existente no sul da Província. Situação que criou a base sobre a qual se apoiaria a política de imigração e colonização empreendida sob a liderança do governo imperial. Ela resultaria na formação de núcleos coloniais, constituídos, sobretudo por trabalhadores estrangeiros, mas, também, alguns nacionais. Eles se ocupariam do cultivo do café. Na verdade, do ponto de vista dos governos locais, a implantação das colônias estrangeiras fazia parte do projeto de ativar o desenvolvimento mercantil e urbano da capital.

Vitória seria beneficiada através da viabilização de estradas que a ligassem a Minas Gerais, o que tornaria o Porto de Vitória também beneficiário, através das exportações, do café que se produzia na província vizinha. Era clara a conexão entre a construção de ferrovias e o interesse em tornar Vitória o eixo de um complexo que seria hoje chamado de logístico. É esse eixo que estabeleceria as bases para um desenvolvimento urbano e comercial da capital.

Na política de criação de núcleos coloniais no interior da Província do Espírito Santo, estava envolvido um projeto de reconstrução regional proposto pelo próprio governo imperial, dentro de uma visão estratégica para o país, centrado, essencialmente, no desenvolvimento da capital, a partir da cafeicultura. Não houvesse o café, nada do que estamos descrevendo teria acontecido. Como o processo econômico do Espírito Santo é muito recente, as marcas dele ainda são muito fortes e ele teve uma grande capacidade de impactar a realidade.

Esses elementos articulados acabaram por trazer para Vitória uma outra dinâmica, tornando-a de fato capital de uma Província que movimentava seu principal porto com o comércio do café e trazendo também uma base comercial indispensável às atividades econômicas, a qual iria desde a compra do produtor até a venda ao comprador internacional, passando pelo sistema de crédito e expedientes administrativos relativos ao comércio mais dinâmico que foi criado.

Os novos quadros que se formavam não estavam dispostos a viver na situação de abandono do poder central. Ao contrário, apostava-se no futuro, construindo o primeiro projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo, que iria, ao longo do século XX, promover grandes transformações. Transformações essas que, embora nascidas no campo econômico, não se limitavam a ele. Ao contrário, pretendiam modernizar a vida econômica, além de realizar amplos projetos de reforma do ensino público e a construção, no plano cultural, de uma memória coletiva capaz de conferir identidade provincial e melhorar sua autoestima.

Outro estadista que se destacou na República Velha por suas ações foi Jerônimo Monteiro. Filho de um grande produtor de café de Cachoeiro do Itapemirim, ele foi eleito Presidente do Estado em 1908 quando Muniz Freira já estava com seu grupo político dividido e com dificuldades para mantê-lo unido. Grande empreendedor, foi o responsável pela remodelação urbana de Vitória. Foi em sua gestão que a cidade foi dotada de energia elétrica e água canalizada. São obras que se destacam em seu governo: serviço de bondes elétricos, dois novos cemitérios, a remodelação do Palácio do Governo em estilo neoclássico, do Congresso Legislativo, do Arquivo Público Estadual, da Santa Casa de Misericórdia, da limpeza pública, dentre muitos outros. Implantou também uma importante reforma no ensino público, construindo escolas e mudando métodos, por exemplo, implantou os exercícios físicos, o que causou forte polêmica na época.

Jerônimo Monteiro, na verdade, teve as condições concretas e o espírito de liderança política para implementar parte das reformas que haviam sido propostas por Muniz Freire e seu grupo, quase 20 anos antes. Era mais um passo para transformar Vitória em centro

comercial importante e cidade digna da República e do século XX. Quanto à sua cidade natal, Cachoeiro do Itapemirim, tentou modernizá-la no campo econômico, fazendo esforços para criar as bases de uma industrialização moderna. Destaca-se entre suas obras na região: fábrica de tecidos para o aproveitamento de fibras têxteis; Usina Paineiras de Açúcar; fábrica de cimento; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras.

É importante que seja bem compreendida a nova fase proporcionada pela cultura do café. O dinamismo agrícola e comercial que o novo produto de cultivo produziu em terras capixabas mudou para sempre seu destino. Entretanto, isso não seria possível sem a existência de um outro elemento fundamental: a imigração europeia.

IMIGRAÇÃO, PEQUENAS PROPRIEDADES E CULTURA DO TRABALHO

O primeiro período da produção do café no Espírito Santo foi caracterizado pela chegada de mineiros e fluminenses. Foi o período da ocupação de áreas do interior, em torno de Cachoeiro do Itapemirim, e do aumento numérico da população escrava. A expansão inicial do café até a década de 1860 foi organizada segundo as práticas coloniais, vinculadas ao latifúndio exportador e escravagista. Os fazendeiros recém-chegados em função da grande disponibilidade de terras virgens, as quais eram doadas pelo governo estadual, as chamadas terras devolutas, também traziam seus escravos. Esse movimento permitiu a ocupação de vastas quantidades de terra no interior da província (VASCONCELLOS, 1995). Nesse sentido, ganha importância a escravidão no século XIX, no mesmo momento em que ela já estava em crise no Brasil.

Entre 1872 e 1888, foi a imigração europeia que buscou ocupar as terras altas da região central. A Colônia de Santa Leopoldina mostra bem a contribuição proveniente da imigração. Em 1857, esta colônia tinha 140 habitantes e, 13 anos mais tarde, 2.000 habitantes. Nos dois anos seguintes, como a imigração, a população mais que duplicou, chegando a 5.000 habitantes. Na década seguinte, Santa Leopoldina chegou a ter 11.000 habitantes (CAMPOS JR., 1993). A província começou a se desenvolver inicialmente com a mão de obra escrava e, logo em seguida, mesmo mantida a escravidão legal, com o ingresso dos imigrantes.

Durante uma segunda fase, os imigrantes estabeleceram-se na região central e também na região sul. Trata-se de um período importante, já que a população do estado praticamente dobrou: de pouco mais de 100.000 habitantes em 1890, ela chegou a 209.000 em 1900 (CAMPOS JR., 1993). Esse processo de incorporação de força de trabalho e ocupação territorial provocou uma significativa elevação da produção cafeeira, que chegou a atingir 90% das exportações locais. A exportação do café passou de 196.964 arrobas em 1856 para 1.250.838 arrobas em 1891. Ou seja, o café teve sua exportação multiplicada em menos de 20 anos.

No início, a produção do café cresceu de maneira mais ou menos isolada nas regiões internas

do estado. Porém, com a construção da Ferrovia Sul do Espírito Santo, ficou estabelecida uma ligação entre o sul e a capital. Da mesma forma, a construção da Ferrovia Vitória-Minas, entre o leste de Minas Gerais e Vitória, foi o principal indutor da ocupação do norte do Estado, feita a partir do que já havia na região central. Foi seguindo os trilhos da ferrovia que os imigrantes e seus descendentes chegaram a Colatina, às margens do Rio Doce, permitindo, dessa maneira, a ocupação do norte capixaba.

É bom reforçar que com o fim da escravidão, os trabalhadores da região sul passaram a trabalhar em sistema de parceria e os da região central reforçaram a produção familiar. Esse esforço na pequena produção familiar deveu-se à política do Império de distribuir frações de terra às famílias imigrantes, principalmente italianas e germânicas, as quais, com um pequeno pedaço de terra, geraram uma importante estrutura de minifúndios e foram responsáveis por parte significativa da produção cafeeira, sobretudo na região central e de montanhas.

Em outro texto elaborado por Pandolfi, Hoffmann e Vasconcellos (2007), tentamos compreender como foi construído o chamado capital cultural desses ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos de parentesco e que gerou, na região noroeste do estado, cujo centro é Colatina, aspectos sociais e culturais bastante próprios e com desdobramentos empresariais na região estudada, assim como também em inúmeras outras do estado.

Voltando à questão dos imigrantes europeus, eles foram em sua maior parte italianos, mas também chegaram contingentes importantes de alemães, poloneses e pomeranos, todos tratados inicialmente de forma popular e genérica de alemães, devido a características parecidas, sobretudo as línguas de origem não-latina, com sonoridade e maneiras de falar o português, de alguma forma, semelhantes. Como foram praticamente todos trabalhar nas suas próprias colônias, as quais eram pequenas propriedades produtoras de café e outros itens de subsistência, criaram seus mundos próprios.

As pequenas propriedades produziam o café que chegava ao mercado e era vendido no tempo da colheita ou armazenado à espera de melhores preços. Além disso, a propriedade deveria produzir os alimentos necessários a toda a família, assim sendo, produzia-se o milho, o feijão, o arroz e outros itens de primeira necessidade. As famílias eram numerosas, em sua maioria tinham mais de 10 filhos, e toda a atividade necessária à vida familiar era desenvolvida na própria propriedade ou então em associação, ou no sistema de trocas com os vizinhos. Assim, costuravam-se as roupas, fabricavam-se e consertavam-se os sapatos e as mobílias simples da casa como mesas, cadeiras e camas. Muitos itens do consumo diário, como vinagre ou sabão, também eram produzidos nas propriedades.

Assim, como não tivemos uma massa de assalariados que tivesse renda monetária e fosse ao mercado comprar seus bens, as propriedades tornaram-se autônomas, se não em sua totalidade, em grande parte. Uma sociedade não-escravagista de pequenos produtores que sobreviviam com o trabalho livre, embora não-assalariados, vindos de culturas onde já havia,

há séculos, o trabalho do artesão, produziu resultados importantes. Um deles é que tivemos aquilo que poderíamos chamar de “saber-fazer”, ou seja, nas colônias, sobretudo italianas, criaram-se gerações de costureiras, sapateiros, cozinheiros e outras profissões, digamos, tradicionais. Esse processo acabou por gerar alternativas de trabalho fora do campo quando veio a grande crise da cafeeira capixaba na metade do século XX e, mais profundamente, nos anos 1960 e 1970. Talvez daí tenham surgido as oportunidades de criação dos chamados arranjos produtivos, como os de confecções em Colatina, o moveleiro em Linhares e o das pedras ornamentais na região sul, ainda centralizada por Cachoeiro do Itapemirim. Todas essas localidades têm forte presença dos chamados ítalo-brasileiros, o que lhes dá uma base cultural mais homogênea, embora com suas diferenças.

Os imigrantes criaram assim, durante o século XIX e, pelo menos, na primeira metade do século XX, seus elementos culturais próprios. Em essência, o Espírito Santo acabou não reproduzindo integralmente os padrões clássicos da colonização brasileira. Pelas poucas atividades econômicas que aqui tivemos e pelo reduzido número de habitantes, os restos do nosso passado são menos importantes do que em outras regiões, embora eles existam e marquem sua presença cultural. Como já foi registrado, na região norte, tivemos uma forte produção de farinha de mandioca – praticamente toda exportada pelo Porto de São Mateus para Salvador – com base no trabalho escravo, nela temos esses traços que a diferenciam de outros espaços regionais.

Na região sul, a escravidão e as grandes propriedades foram produzidas somente no século XX, com a entrada do café, o qual transbordou do Vale do Paraíba para as regiões vizinhas do Espírito Santo, sendo a cidade de Cachoeiro do Itapemirim o seu principal centro. Na mesma região, durante as crises do café, várias dessas fazendas foram divididas e vendidas aos colonos italianos ou seus descendentes, de tal forma que duas vertentes do nosso processo de construção cultural vivem no mesmo espaço. Ali, em algumas cidades, temos manifestações mais clássicas da cultura popular brasileira de raiz africana. Entretanto, na mesma região, sobretudo em suas terras mais altas, os italianos deixaram claramente suas marcas.

Para ficarmos no mundo que o italiano construiu no Espírito Santo, vamos usar os mesmos argumentos do texto de Pandolfi *et al.* (2007), lembrar dos pilares que construíram a vivência desse grupo entre nós. O primeiro deles é certamente o papel fundamental da família. Como nos ensina Colbari (1998), a colonização foi uma aventura familiar, o que significa que não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreendimento familiar, tendo o seu apoio mais notório na igreja e no trabalho.

O papel da família era fundamental para aqueles que chegavam numa terra que desconheciam. Não falavam a língua, não conheciam os costumes e tinham dificuldade de comunicação com outros centros devido ao relativo atraso da Província do Espírito Santo, o que acabou por potencializar um elemento cultural já presente entre os que chegavam, a família. Como nos lembra a própria Colbari (1998), a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente autossuficiente na produção de bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal.

Essa forma de socialização, ou seja, aqueles que se associavam em grupo, constituíram a realidade dos imigrantes e estavam estruturados a partir da vida familiar, sendo esse o núcleo que provocou o desatar dos motivos ou causas para enfrentar as adversidades das condições físicas e sociais da região estudada e para manter o grupo unido e coeso, nessa vivência comunitária. O texto citado de Pandolfi *et al.* (2007) chama a atenção para o fato da família ser uma espécie de cooperativa e um importante elemento para a compreensão da estrutura das empresas locais que hoje sobrevivem com sucesso.

Nas unidades produtivas agrícolas, todos trabalhavam muito. Havia papéis definidos para crianças e adultos, homens e mulheres. A regra era o trabalho estafante. Além desse regime de trabalho pesado em família, outro elemento agregador importante era a igreja. Ao contrário do catolicismo português vivido no Brasil até o século XIX, os italianos trouxeram uma outra visão do padre e da paróquia, os quais passaram a ser centros articuladores não apenas de questões propriamente religiosas, mas de toda uma vida social.

O que mais nos importa colocar luzes nesse texto é sobre o que chamamos de cultura do trabalho, como um dos traços culturais capixabas. Ao contrário da ética da aventura já citada e retirada das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda (1987), desenvolveu-se em amplos setores da sociedade capixaba uma cultura do trabalho. É bom que fique claro que não estamos defendendo aqui nenhuma superioridade étnica ou cultural dos europeus. O que não se pode deixar de considerar é que a escravidão humilha e sacrifica o trabalhador. Não o dignifica, não cria instituições imaginárias em que o trabalho possa ocupar lugar de relevância. Antes pelo contrário, o que a história mostra é que nas sociedades escravocratas, o ócio é que marca os bem-nascidos. As marcas do trabalho árduo, como os músculos fortes, eram abominados no Brasil colônia. Eles tornavam visíveis as condições de trabalhadores, algo nada dignificante naquele universo.

O que estamos tentando registrar é que as famílias tinham o trabalho como elemento fundador. O trabalho familiar foi, acima de tudo, o que uniu, juntamente com o elemento religioso, as famílias imigrantes. Queremos com isso dizer que no Espírito Santo foi forjada uma cultura do trabalho, mesmo que baseada na ética católica, ao contrário de algumas teses clássicas como a de Max Weber, aplicável em outros espaços. Essa cultura do trabalho é nosso elemento diferenciador e faz de frações importantes do estado diferente de outros que ficaram ainda apegados a uma lógica mais tradicional. O sucesso empresarial, por exemplo, está fortemente vinculado a essa cultura, como se pode facilmente observar nos estudos realizados nas empresas familiares italianas de sucesso no Espírito Santo. Houve, por certo, a imigração alemã, mas numericamente inferior, mais localizada no espaço. Assim, foi a presença maciça dos italianos que acabou por influenciar mais fortemente nossos traços essenciais.

Porém, não foram somente os italianos que aqui chegaram com seu trabalho livre, suas pequenas propriedades e seus desejos de vencer pelo trabalho. Outros povos também colaboraram muito nessa direção. Afirma Saleto (2007) que a imigração estrangeira massiva cessou, mas não o fluxo migratório interno, atraído pela fronteira agrícola. Em 1940, numa

população de 739 mil habitantes, os naturais de outros estados eram 106 mil, 14% do total. Lamentavelmente, o censo de 1900, que deveria contar os estrangeiros logo após o final da imigração de massa, foi muito incompleto; só vamos encontrar um registro confiável da presença deles duas décadas mais tarde, em 1920, quando constituíam 4,1% da população do estado, índice muito inferior ao de São Paulo (18%), do Paraná (9%), do Rio Grande do Sul (7%) e próximo ao de Santa Catarina (4,6%), porém maior que o de todas as outras unidades da federação.

Dentro do quadro da imigração, outra presença importante é a dos pomeranos, os quais chegaram no final da década de 1850. A Pomerânia situava-se no litoral do Mar Báltico, no norte da Alemanha. Hoje o território pertence à Polônia. Esses colonos pomeranos que para cá vieram eram, em quase toda a sua totalidade, empregados dos latifúndios da Pomerânia Exterior: eram pastores de ovelhas, servos, domésticos e cocheiros. Havia também alguns artesãos, a maioria carpinteiros e ferreiros (HARCKBART, 2006). A área que ocuparam fica, sobretudo, na região serrana central, indo depois também para a região norte.

Em 1859, aportaram alguns milhares de pomeranos que, por se tornarem maioria absoluta entre os colonos germânicos, exerceram forte influência em toda a colônia de origem alemã no Espírito Santo. Pelo fato de o grupo pomerano ser numericamente superior, acabou absorvendo uma boa parte dos demais grupos germânicos em termos da língua e de confessionalidade religiosa, a luterana.

Embora em menor número e mais localizados, a colonização alemã também foi definitivamente um dos elementos centrais da diversidade cultural que pretendemos ter como ponto de partida para a construção de uma reflexão sobre o mundo do trabalho no Espírito Santo. Wagemann (1949) diz que: “Existem, atualmente, no Espírito Santo, de 17 a 18 mil alemães [...] a grosso modo, o número de protestantes seria de 12.500 e o de católicos em torno de 5.000.”

Esse número expressivo de grupos étnicos, portadores, cada um em si, de uma cultura, não podiam se unir em um único movimento. Cada sociedade, segundo Castoriadis (2002), precisa produzir um leque de *tipos antropológicos* que lhes dê sustentação. Esses *tipos antropológicos* são sujeitos criados em determinados períodos históricos a partir de valores consagrados e incontestáveis no âmbito daquela sociedade.

Dentro da diversidade cultural, os vários *tipos* nascidos de etnias e culturas diferenciadas, acabaram por não produzir elementos identificadores de um conjunto, que provavelmente não se reconhecia como tal, do ponto de vista de construção de um imaginário social coletivo. Daí, talvez, o fato de não se ter um elemento único que nos simbolize e que seja reconhecido tanto interna quanto externamente como uma marca forte capixaba.

A SOCIEDADE SE INDUSTRIALIZA

É importante verificarmos como esse elemento histórico social se desdobra em termos da construção de uma cultura própria das atividades empresariais. Atividades que começaram a se estruturar tardiamente no Espírito Santo, depois da crise do café dos anos 1960. Segundo Rocha (1998), com a política do governo federal durante a gestão de Juscelino Kubischek, sobretudo aquelas implementadas pelo Plano de Metas a partir de 1957 e que vieram a ter consequências efetivas a partir de 1960, o Espírito Santo foi contemplado com uma série de investimentos importantes: indústrias, usinas hidrelétricas e rodovias. Além disso, foi criado, localmente, um sistema de incentivos fiscais à industrialização que foi capaz de captar uma série de empresas de pequeno e médio porte, predominantemente ligadas a capitais privados regionais e processadoras de matérias primas locais.

Ainda segundo Rocha (1998), a combinação destas três políticas diante da crise da cafeicultura e do *boom* econômico nacional no período 1967/73 fez com que, pela primeira vez na história capixaba, o setor industrial liderasse o processo de crescimento econômico e também o debate político local.

Assim, na onda do desenvolvimento desse período, foram se formando os mais importantes grupos empresariais locais não ligados ao café. As atividades urbanas também ganharam impulso e passaram a ser palco de importantes investimentos, como a construção civil e o transporte de cargas e passageiros

A essa linha de crescimento na indústria capixaba, caracterizada pela supremacia do capital privado local, por empreendimentos de pequeno e médio porte, por indústrias dos gêneros tradicionais e pelo forte e decisivo apoio do sistema de incentivos fiscais, somou-se uma segunda, derivada do movimento expansivo da economia nacional que transformou radicalmente não só a economia, mas também a sociedade capixaba. A Companhia Vale do Rio Doce, hoje simplesmente Vale, ampliou e diversificou suas atividades. Foi implantada a Samarco Mineração S.A., com um mineroduto, trazendo minério de ferro de Minas Gerais, e um porto no Município de Anchieta, nas proximidades de Vitória. Na época, uma siderúrgica destinada à exportação e com capacidade inicial de produzir 3 milhões de toneladas de aço por ano também instalou-se em Vitória.

A Aracruz Celulose, ao instalar-se no litoral norte capixaba, não apenas impactou fortemente toda uma cadeia produtiva, como também mudou o perfil da agricultura local pelo plantio de extensas florestas de eucalipto na região norte do estado.

Dessa forma, entre os anos 1960/1970 e o início do século XXI, a economia capixaba modernizou-se e criou uma lógica nova, mas manteve um *ethos* que lhe é próprio. Vamos a alguns fatos para construir nosso raciocínio básico: com relação à área de atividade de empresas, os segmentos de confecção, mármore e granito e móveis são os que apresentam os maiores percentuais, regionalmente localizados em arranjos produtivos próprios. Existem, portanto, grandes quantidades de empresas localizadas nesses setores. Elas são produto da

integração dos dois grandes processos econômicos, o agrícola e o industrial. De um lado, temos a indústria tradicional que nasceu da tentativa de criarem-se novas alternativas ao plantio do café em crise. Assim, as famílias dos imigrantes europeus, vivendo em suas propriedades onde produziam quase tudo o que consumiam, foram trabalhar em ofícios antes secundários na propriedade: fabricação de móveis, consertos de sapatos, produção de vestimentas. Essa é a origem de nossa indústria tradicional que o Governo Cristiano Dias Lopes (1967/1971), principalmente, tentou proteger. Essa base de pequenas e médias empresas organizadas regionalmente em cidades polo, como Cachoeiro do Itapemirim, Colatina ou Linhares, deram origem ao que os economistas chamam de Arranjos Produtivos Locais. Na verdade, a palavra chave aí é arranjo. São arranjos empresariais fortemente marcados pela cultura regional que até aqui descrevemos, ou seja, base familiar das indústrias, a cultura do trabalho como elemento chave, as relações de confiança existentes entre os empresários.

Quando os grandes negócios começaram a funcionar efetivamente, nos anos 1980, tinham essa base para construir suas cadeias produtivas. O setor metalmeccânico, incentivado pela Vale, pela CST, Samarco e Aracruz, foi capaz de produzir uma ampliação da base de negócios que transformou, de fato, aqueles polos de indústrias tradicionais em Arranjos Produtivos Locais. Mais do que isso, deu uma dinâmica empresarial nova ao estado tendo como elemento sócio-histórico básico nosso passado recente: o Espírito Santo reinventado pelas indústrias e as atividades modernas na área de serviços que ela pode proporcionar. Isso tudo sem perder nossos laços da tradição herdada.

ORGANIZAÇÕES E CULTURA(S) DAS EMPRESAS NO ESPÍRITO SANTO

Com base no que foi descrito anteriormente, dentro de uma construção social histórica específica e num quadro tão recente, o qual implica em níveis de consolidação e enraizamento ainda muito provisórios, como podemos pensar culturalmente o universo do trabalho e da cultura empresarial?

São vários os caminhos que podemos seguir. Vamos começar nossa reflexão a partir do marco conceitual, a partir do pensamento de Castoriadis (2002). Outros poderiam ser os caminhos, outros poderiam ser os autores. Entretanto, parece-nos que a posição desse autor é muito forte e pertinente com o que temos tratado.

Quando pensamos em aplicar os conceitos de Castoriadis (2002) ao que foi vivenciado pela sociedade capixaba, o que podemos pensar em primeiro lugar do que ele chama de *se gostar* ou *se querer como sociedade*? Qual poderia ser a essência desses conceitos entre os capixabas? Nosso ponto de partida é que ele se ancora em uma cultura do trabalho herdada de um passado recente. Passado esse fortemente produzido pelas circunstâncias e políticas criadas no Segundo Império e, sobretudo, no período republicano. Foram tentativas históricas de vencer o passado colonial permeado de atraso e isolamento com dois elementos fundamentais para o Espírito Santo em especial, diferentemente de outras regiões brasileiras que não fizeram a mesma passagem: o trabalho livre e a pequena

propriedade. Foram esses elementos que acabaram por articular as bases de nossa cultura regional, não apenas pelo que eles produziram no campo econômico. Somente a economia não cria cultura empresarial, ela é sempre resultante de uma teia de relações entrecruzadas que se alimentam reciprocamente. Nossa teia tem seus nós, para usar uma figura de retórica, na cultura do trabalho, na pequena propriedade, em um desejo de progresso pessoal sempre presente no espaço regional reinventado. Entretanto, a passagem desse elemento para a construção de um sistema econômico mais bem discutido e vivido democraticamente não ocorreu. Daí nossas empresas viverem certamente sob intensa pressão internacional, mas sem que isso seja considerado por todos como um valor a ser preservado. Sem impactar na autoestima e na construção da identidade capixaba. Nossos empresários, com grandes e honrosas exceções, não se transformaram em atores com visibilidade do processo de transformação local.

Também vale destacar da citação feita, a ideia do *se querer*, ou seja, uma sociedade não se identifica somente pelos elementos que ela herdou, mas também do que ela deseja construir a partir desses elementos. Todo processo de identificação porta, também, um desejo, uma ideia de futuro. Assim, estamos trabalhando com a ideia de que a história é o autodesdobramento da sociedade no tempo. Contudo, esse tempo é, em suas características essenciais, uma criação da sociedade, tanto como tempo histórico, como tempo particular de cada sociedade, suas articulações significativas, seus pontos de apoio, seus projetos e suas promessas. Em síntese, a história não acontece à sociedade, ela é antes seu autodesdobramento (CASTORIADIS, 2004).

A cultura empresarial neste território comporta um nível de compreensão de sua temporalidade, já que nenhuma instituição se explica a não ser que esteja situada em seu contexto histórico, em seu momento social histórico. Ocorre que o sócio-histórico não é um conceito que comporta apenas o passado ou os restos do passado. Antes pelo contrário, o tempo capaz de identificar uma organização é, antes de tudo, um tempo presente. Esse tempo presente porta o passado e os desejos do futuro.

Quanto à cultura, a distinção entre cultura no sentido estrito do termo e a dimensão puramente funcional da vida social é que a cultura é o domínio do imaginário no sentido estrito, o domínio do poético, aquilo que numa sociedade vai além do que é puramente instrumental. Nenhuma sociedade é reduzida ao funcional, assim como não existe sociedade sem cultura. Nelas, sempre encontramos cantos, danças, coisas que “de nada servem”. (CASTORIADIS, 2004).

Por isso, nenhuma cultura empresarial pode ser compreendida se não analisarmos a organização em termos de seu passado, de seu presente e de seus sonhos de futuro. É dessa conjugação de fatores que nasce o social histórico, que nascem as significações imaginárias que fazem com que uma organização seja o que ela é.

ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

A construção social histórica do Espírito Santo e seus rebatimentos no campo da gestão ancoram-se em três momentos. O primeiro deles está ligado ao campo do trabalho e de seus desdobramentos no conceito de ética da aventura. Em um segundo momento, temos a presença, no Espírito Santo, da imigração europeia, como parte dos esforços do Segundo Império de dinamizar a economia. O terceiro elemento é a reinvenção do Espírito Santo, na era republicana, criando uma nova cultura empresarial que se expressa mais fortemente a partir da crise da cafeeira nos anos 1960/1970. Porém, esse novo momento tem marcas sub-regionais muito fortes, resultando numa trajetória de formação histórico-social de uma identidade cultural diversa da de outras regiões brasileiras. O desenvolvimento mais recente acrescentou elementos importantes, todos baseados em nossas raízes históricas. A modernidade e a globalização certamente impactaram nossas práticas, mas dentro de uma lógica totalmente compatível com nossas raízes.

Quando os grandes negócios ligados à economia global, implantados pelos militares a partir dos anos 1970, foram se desdobrando e enraizando em outros setores, momento em que houve o adensamento das cadeias produtivas, o universo empresarial local estava preparado, portador que era de capital social, para enquadrar-se na forma operacional deles. Melhor dizendo, havia as condições para uma socialização inexistente em outras unidades da federação. Por isso, o progresso espalhou-se. Por isso, o Espírito Santo pôde iniciar, mesmo que tardiamente, seu processo de industrialização em moldes menos concentrados do que o projeto original.

REFERÊNCIAS

CAMPOS JUNIOR, C. T. **O novo arrabalde**: aspectos da formação urbana de Vitória. Vitória, Adufes, 1993.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

_____. A dissimulação da ética. In: **As Encruzilhadas do Labirinto IV: A Ascensão da insignificância**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Modo de ser e problemas de conhecimento do social histórico. In: **Figuras do Pensável**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Imaginário e Imaginação na Encruzilhada**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

COLBARI, A. L. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI,

A.H.(org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

HARCKBART. E. **Família Entrefem**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1987.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultura do Espírito Santo, 1976.

PANDOLFI, R. *et al.* Família, trabalho e igreja: uma reflexão sobre as trajetórias familiares empresariais em Colatina (ES). In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 7., 2007, Porto Alegre, **Anais...** São Paulo: ABA, 2007.

ROCHA, H. C. R. Formação Econômica do Espírito Santo e sua Lógica Empresarial. In: DAVEL, E.; VASCONCELOS, J.G.M. **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho**: Ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: FCAA, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem ao Interior do Brasil (Espírito Santo)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

SALETTTO, N. **A Composição Étnica da População Capixaba**. Vitória: s/e, 2007.

SANTOS, E. F. **A transição Republicana e a Reinvenção do Espírito Santo (1882-1889)**: o pensamento político capixaba. Vitória: s/e, 2007.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A Invenção do Coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: EDUFES, 1995.

WAGEMANN, E. **A Colonização Alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

**João Gualberto
Moreira
Vasconcellos**

Professor Titular aposentado da UFES, onde lecionou no curso de graduação e administração e também no mestrado da mesma área. Coordenou linhas de pesquisa denominada Capital Cultural, Desenvolvimento e Poder Local. Diretor da Futura Pesquisa e Consultoria, com atuação nos estados da Bahia e Espírito Santo. Pesquisador Associado do CIAGS/UFBA. Possui doutorado em Sociologia Política na EHESS, Paris, França. Autor, dentre outros livros, de *A Invenção do Coronel*, Edufes, 1995 e co-autor com Roberta da DaMatta de *Fé em Deus e Pé na Tabua*, Rocco, 2010.